

BIOGRAFANDO O DUQUE DE CAXIAS NOTAS DE UMA PESQUISA

Adriana Barreto de Souza
Doutora em História Social – PPGHIS/ UFRJ
Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Em agosto deste ano, defendi no Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ minha tese de doutoramento. A tese tem um recorte biográfico, centrado na análise a trajetória do duque de Caxias.¹ Durante os cinco anos de duração dessa pesquisa, a pergunta que mais ouvi de várias pessoas, do meio acadêmico e de fora dele: por que Caxias? Minha resposta variava, mas, com o passar do tempo – e com as pessoas com quem tinha mais intimidade – comecei a responder com uma nova pergunta: e por que não o duque de Caxias? Através das respostas, fui gradativamente percebendo o quanto a memória do general, que eu tentava olhar com um certo distanciamento, ainda organizava identidades políticas. Esse é um ponto que agora eu gostaria de destacar: a tese interfere em uma memória forte, forjada em bronze e pela imprensa, de um dos "grandes homens" – destaco as aspas – da história nacional.

O mais interessante, contudo, é que nem sempre ele ocupou esse lugar. Até a década de 1920, o duque de Caxias era um herói secundário. Quem ocupava lugar de destaque como grande herói militar do país era o general Osório. Só duas décadas depois, em 1849, com a inauguração do panteão da avenida Presidente Vargas, em frente ao prédio do Ministério da Guerra, o duque de Caxias passou a ser festejado como patrono do Exército brasileiro. O movimento político-intelectual que promoveu essa inversão, destinando a Osório o modesto lugar de patrono de uma das armas do Exército – a de cavalaria – foi marcado por disputas que envolveram vários setores sociais, civis e militares. Esse movimento é que construiu a imagem do

duque de Caxias da qual somos herdeiros: como um general extremamente disciplinado, rigoroso e avesso à política.²

Entronizado nesse panteão, e após 21 anos de ditadura militar, o diálogo com o duque de Caxias tornou-se mais difícil, sobretudo para historiadores, políticos e intelectuais de esquerda. Nesse lugar, só havia duas maneiras de tratá-lo: ou através de textos laudatórios, escritos na sua maioria por militares, ou por textos que na oposição que faziam ao Exército do golpe de 1964, demonizavam seu patrono – o duque de Caxias. Ambos os tratamentos, contudo, mantinham-no nesse panteão, dialogavam com um "duque-monumento" erguido pelo século XX.

O principal objetivo da tese, assim, é devolver o duque de Caxias ao século XIX. O que pretendo afirmar com isso? Os predicados atribuídos a Caxias – de um general rigorosamente disciplinado e apolítico – são parte dessa imagem criada pelo século XX, atendiam a interesses específicos, de uma república nacional conservadora, que se esforçava para conter a indisciplina militar dos anos 20.³ Esses predicados caracterizam um modelo de "ser militar" que não existia no século XIX. A falta de pesquisas sistemáticas sobre o tema e os poucos estudos sobre o Exército imperial acabaram contribuindo para a difusão de um senso comum histórico que ainda organiza as reflexões sobre a atuação do marechal em livros didáticos e trabalhos acadêmicos.

Três características predominam nesse senso comum. A primeira delas é a *perda de sua dimensão humana*.⁴ O duque de Caxias continua sendo representado como um monumento, resultado de um trabalho meticuloso de purificação e de eliminação de todo vestígio humano. Prevalece a idéia de que um "grande homem" se faz por um processo autônomo, independente da sua existência social e de sua experiência como ser humano. É preciso, ao contrário, mostrar que Caxias, como qualquer outro indivíduo, se encontrava inscrito em uma rede social específica definida por relações herdadas ou tecidas ao longo de sua vida, que inclui relações dentro da própria família até amizades do meio militar e político. Ele não escapou à rede de obrigações, de expectativas e de reciprocidade que caracteriza a vida social. Talvez o primeiro passo seja começar por lembrar seu nome. Duque de Caxias é o "ponto de chegada" de uma trajetória bem sucedida. Antes disso, e por muitos anos, ele foi apenas Luiz Alves de Lima e Silva. A aquisição e acúmulo de patentes, cargos políticos, mercês e títulos nobiliárquicos não são expressão de uma

vocação inata, de um “eu” superior, nem são determinados por uma abstrata necessidade da política nacional. Eles resultam de um longo investimento geracional, da elaboração de projetos e de uma incansável atuação visando sua realização. Luiz Alves de Lima – como ele costumava assinar seu nome – foi o primogênito da segunda geração dos Lima e Silva nascidos no Rio de Janeiro, posição geracional que, sobretudo em sociedades tradicionais, é revestida de uma série de expectativas. Se essa posição, por um lado, lhe abriu várias possibilidades sociais, ela também inviabilizou outras opções. O modo como Luiz Alves dialogou com essa herança familiar e seus limites produziu uma forma específica de ação militar e política, produziu o duque de Caxias.

A segunda característica desse senso comum é o predomínio de uma *visão anacrônica do que é ‘ser militar’*. Os biógrafos sempre destacam que Caxias pertencia a uma tradicional família de militares portugueses. O esforço rende no máximo uma lista com nomes, patentes e grau de parentesco. A lista é longa, é verdade. Mas o que isso significa? Aonde esses dados podem nos levar? Creio que devem funcionar como um alerta de que estamos tratando de uma outra época e de que é preciso haver disponibilidade para pensar outros padrões de sociabilidade, critérios de organização da carreira militar e de estruturação do próprio Exército. Não se pode ignorar que Caxias nasceu em 1803 e que o Brasil nesse momento era parte do Império português. Tradições militares diferentes eram alinhavadas segundo interesses conjunturais. Além do Exército, com um efetivo muito reduzido na colônia, havia ainda as ordenanças e corpos milicianos. O sucesso da memória instituída sobre Caxias induz, nesse caso, a uma falsa sensação de familiaridade. Não havia ainda – é sempre bom lembrar – um Exército brasileiro.⁵ O uso do termo “militares” minimiza essa dimensão plural do campo institucional e suas nuances regionais. Ficar atento a essas variações não é preciosismo, sobretudo quando se trata de pensar uma biografia. O jovem Luiz Alves era oficial do Exército português no Ultramar. Ele assentou praça e recebeu suas primeiras patentes de oficial no 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro. Isso o coloca em um lugar preciso. O que denominamos Exército brasileiro só terá uma certa unidade alinhavada pela primeira vez através dos “movimentos de pacificação” das décadas de 1830 e 1840. Em parte, através da circulação e atuação do próprio Caxias nas províncias do Império. Ainda assim,

essa unidade seguiu princípios e valores particulares à época e que pouco lembram as noções de disciplina e preparo técnico hoje naturalmente atribuídas à carreira militar.

São vários os trabalhos que apontam o caráter aristocrático dos exércitos do século XVIII.⁶ Um Exército aristocrático é caracterizado por um baixo grau de profissionalização do corpo de oficiais. A Real Academia Militar, onde o jovem Luiz Alves estudou, ao contrário do que se pensa, não era propriamente um centro de formação de oficiais militares: o ensino era fraco, a disciplina inexistia como valor militar e o curso não era nem mesmo um pré-requisito para ingresso na carreira. A ascensão dentro da instituição dependia antes da prestação de serviços à Coroa, que tanto poderia ocorrer em campos de batalha como nas câmaras e gabinetes políticos. Não é minha intenção negar os sucessos militares de Caxias. Mas acredito que, pelo fato de ter sido um oficial formado em uma tradição militar aristocrática, esses sucessos não podem ser pensados isoladamente, sem levar em conta sua inserção política. Esse é o terceiro traço do referido senso comum: *o silêncio sobre sua vida política*. O que sabemos é que Caxias era integrante do Partido Conservador. Meu interesse, entretanto, recai sobre a dinâmica dessa vinculação. Nesse ponto, contei com o inestimável auxílio de pesquisas realizadas no campo da história política.⁷ O Rio de Janeiro da década de 1830 é reconhecido como um importante laboratório para a formulação dos princípios políticos conservadores que organizaram a política nacional dos anos subseqüentes. A primeira posição de comando exercida pelo então major Luiz Alves de Lima foi exatamente a de comandante das Guardas Municipais Permanentes do Rio de Janeiro. Assumindo esse posto em 1832 e nele permanecendo até 1839, por 7 anos consecutivos, foi um dos responsáveis pela repressão aos movimentos de rua que se alastraram pela corte após a abdicação de d. Pedro I. Uma experiência praticamente ignorada por seus biógrafos.

Novamente é importante recuperar sua inserção social. Durante esse decênio, a família de Luiz Alves ascendeu aos principais postos político-militares do Império. Seu pai foi regente e senador do Brasil; um tio, Manoel da Fonseca de Lima e Silva, ocupou por duas vezes o cargo de ministro da Guerra e esteve à frente da pasta da Justiça; outro tio, José Joaquim de Lima e Silva, assumiu o Comando de Armas da cidade do Rio de Janeiro, o posto de Vogal do Conselho Supremo Militar e foi eleito, em 1834, deputado pela província do Piauí. Acredito, desse modo,

que Luiz Alves pertencia ao grupo de jovens que, marcados pela experiência desses conturbados anos, foram devidamente treinados por lideranças conservadoras a partir da última regência. Antes de seguir em expedição para o Maranhão e provar sua capacidade como comandante militar, foi convidado para acompanhar o então ministro da Guerra, general Sebastião do Rego Barros, em uma viagem ao Rio Grande do Sul com a intenção de reanimar as forças do governo após uma grave crise aberta pela deserção de comandantes militares para as fileiras farroupilhas. Meu interesse, desse modo, é pensar a política no âmbito da experiência. Acompanhar a trajetória de Luiz Alves, de forma a recompor o jogo de identidades e oposições responsável pela formação de uma rede de solidariedades que, no caso específico, deu lugar a um projeto político. A mesma rede que fez dele o pacificador e um dos primeiros chefes do Partido Conservador.

* * *

A identificação dessas três características do que estou chamando *senso comum histórico* é resultado da leitura dos textos biográficos até hoje produzidos sobre a trajetória do duque de Caxias. Esse foi meu primeiro trabalho de pesquisa, o modo como me aproximei do tema.⁸ O que mais me impressionou na época era o silêncio que havia sobre as primeiras décadas da vida de Caxias. Esses textos praticamente só começam a contar sua história a partir da campanha contra os balaios no Maranhão. Ou seja, a partir de seu primeiro grande sucesso como militar, de onde retornou com o título de barão de Caxias. O curioso é que a expedição parte para o Maranhão em 1839, quando Luiz Alves já contava 36 anos de idade. Um de seus mais importantes biógrafos, o padre conservador Joaquim Pinto de Campos, aborda esses 36 anos em apenas 24 páginas, numa obra com nada menos que 496 páginas. Foi explorando esse silêncio que construí a tese. Ela prioriza exatamente esses anos iniciais da trajetória do futuro duque de Caxias. Procurei decompor esse “duque-monumento”, contando a história de um oficial brasileiro nascido numa família de militares portugueses, de origem não nobre, que atravessou o Atlântico para tentar aumentar suas chances de ascensão social. Na posição de primogênito, esse oficial deu seqüência ao projeto de seu avô paterno, o primeiro Lima e Silva a se estabelecer no Rio de Janeiro.

Contando essa história, pretendia mostrar também como, através dessas famílias, uma tradição militar portuguesa de traços aristocráticos persistiu no Exército após a independência. Transmitida às novas gerações, em uma época caótica, marcada por inúmeras lutas, essa tradição fundamentou identidades, sendo atualizada e conservada pelo engajamento de jovens como Luiz Alves, que empenharam seus ideais e suas forças na consolidação do Império do Brasil. Essa consolidação, realizada nos moldes conservadores, se deu pela conservação de heranças dos tempos coloniais – do princípio monárquico e de um sistema de hierarquias sociais baseado na escravidão.⁹ Desse modo, a tese não acompanha Caxias até seus últimos dias. Ela termina com a pacificação da Farroupilha, última revolta combatida por Luiz Alves que arriscava a ordem que ele aprendeu a preservar, quando os fundamentos do Estado Imperial estavam assegurados.

* * *

Antes de terminar, gostaria de fazer ainda duas observações. A primeira delas é sobre os limites da narrativa que criei. A relevância histórica do personagem nos induz a imaginar que o historiador dispõe, para a execução de sua pesquisa, de um grande acervo documental. Isso é verdade apenas em parte. Realmente há um vasto acervo disponível, mas de documentos oficiais, produzidos por Caxias no exercício de postos militares e políticos. Documentos pessoais, além de escassos, estão espalhados por várias instituições. Não existe um “arquivo duque de Caxias” – um acervo doado pela família, por exemplo – depositado em uma determinada instituição de pesquisa. Isso sem dúvida deixa marcas no texto. Os historiadores dependem dos vestígios do passado para escrever suas histórias. O modo como entramos em contato com os documentos, as particularidades, dificuldades ou facilidades institucionais enfrentadas impõe limites, conforma a narrativa do historiador, torna possível uma história e não outra. Nessa tese, apesar do exaustivo esforço de recuperação de dados relativos à etapa inicial da vida de Caxias, nem sempre foi possível encontrar fontes sobre pessoas e eventos que certamente exerceram alguma influência sobre o jovem Luiz Alves. O recurso utilizado nesses casos foi não só explicitar esses “vazios documentais”, mas explorar a sugestão de Natalie Davis e trabalhar, apoiada numa

minuciosa pesquisa empírica, realizadas sobre fontes indiretas, com a idéia de "possibilidades históricas".¹⁰

Por fim, gostaria de destacar um outro grande desafio que me acompanhou desde o início da pesquisa – a articulação de uma escrita histórica a partir da singularidade de uma vida. No início, parecia impossível escapar às duas abordagens mais freqüentes do biográfico: a que se apóia na idéia de uma biografia representativa e a que transforma trajetórias individuais em estudos de caso. Sobretudo a primeira, para quem já havia trabalhado com algumas trajetórias de oficiais militares no mestrado, era extremamente tentadora. Todavia, justamente por conta dessa mesma dissertação, quando pela primeira vez percebi a heterogeneidade do corpo de oficiais do Exército imperial, parecia impossível trilhar a idéia de representatividade sem negligenciar o que me parecia mais rico – os traços mais pessoais da história e da atuação do duque de Caxias.

Um passo fundamental para romper com esse procedimento clássico da História social – que seleciona uma trajetória de vida por acreditar que ela sintetiza várias outras, não presentes no texto senão através de números e quadros estatísticos – se deu pela reformulação do conceito de contexto e, desse modo, da própria matéria-prima dos historiadores, o tempo histórico. Ao invés de pensá-lo como um pano de fundo fixo, invariável, tentei reconstruí-lo a partir de elementos particulares à trajetória de Caxias, como a experiência militar dos Lima em Portugal, os sonhos de ascensão social da família no Brasil, os contratos de casamento efetuados, as situações vividas em guerras, sua posição geracional, suas experiências na Real Academia Militar, entre outros. Para tentar dar essa plasticidade ao texto, optei pelo conceito de configuração.¹¹ Acredito que ele permite pensar melhor como fenômenos mais gerais, típicos da história política ou social, podem afetar a vida cotidiana dos homens, fornecendo-lhes elementos que, explorados com mais ou menos consciência, permitem-lhe negociar constantemente sua posição em sociedade.

Destacar esse esforço não implica negar ou desqualificar os resultados apresentados pelas pesquisas que trabalham com biografias representativas. Elas, tanto quanto os estudos de caso, são eficientes e sempre terão lugar garantido nas análises do social. Importa apenas dizer que o procedimento é diferente. Enquanto essas se fundam na generalização, as análises da

experiência de uma vida buscam escrever sobre o social a partir da singularidade. Esta funcionaria, para usar uma expressão do antropólogo Didi-Huberman, como uma brecha de acesso a esse passado.

Através desse exercício – de desconstrução memorialista e historiográfico – que procurei pensar as relações familiares e sociais, a formação, as estratégias de socialização, a ação militar e os conflitos pessoais e políticos vividos por aquele que aprendemos a olhar como monumento.

¹ O ponto de partida da tese foi o texto de Celso Castro: “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro”. A ampliação dessa pesquisa resultou no livro: CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

² Uma análise mais detalhada sobre essas disputas pode ser encontrada em SOUZA, Adriana Barreto de. “Osório e Caxias: a memória militar que a república manda guardar”. *Varia História*. nº 25. Belo Horizonte, UFBH, julho de 2001. p.231-251.

³ Sobre o projeto político que fundamenta esse movimento conservador republicano, ver: CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas e a política, 1930-1945”. In: *A Revolução de 30, seminário realizado pelo CPDOC/FGV*. Brasília, Editora da UnB.

⁴ Esta perda da dimensão humana é analisada por Norbert Elias no livro sobre Mozart. ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995. Mais recentemente, uma discussão sobre o tema pode ser encontrada em LORIGA, Sabina. “Être Historiens Aujourd’hui”. Conferência realizada no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ em julho de 2002.

⁵ Um trabalho que destaca a inexistência de um Exército brasileiro através de importante pesquisa empírica é o de KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840s*. Stanford, Stanford University Press, 2001.

⁶ Uma tipologia é apresentada e discutida por HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. RJ, Biblioteca do Exército, 1996 e por VAGTS, Alfred. *History of militarism*. New York, The Free Press, 1959. Sobre os traços aristocráticos do Exército português há um trabalho em andamento de Fernando Dores Costa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Pode-se ter uma idéia desse trabalho através do artigo: COSTA, Fernando Dores. “O Bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar”. In: *Análise Social*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, Quarta série, vol.XXXIII, no. 149, 1998. Os primeiros autores a apontarem esses traços no Exército brasileiro foram José Murilo de Carvalho e John Schulz. CARVALHO, José Murilo de. “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. *HGCB* 9. São Paulo, Difel, 1978; SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo, Edusp, 1994. Esse é um tema sobre o qual tenho trabalho desde o mestrado. Ver: SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.

⁷ As reflexões de José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos sobre a construção do Estado Imperial brasileiro foram fundamentais na estruturação dessas reflexões. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981. MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. SP, Hucitec, 1990.

⁸ O campo bibliográfico sobre a trajetória do duque de Caxias, excetuando-se todas as homenagens e discursos realizados em datas nacionais festivas, é composto de 51 biografias. SOUZA, Adriana Barreto de. *Caxias e a Formação do Estado Imperial: um estudo sobre trajetória, configuração e ação política*. Tese de doutoramento defendida no PPGHIS/ UFRJ. Rio de Janeiro, agosto de 2004.

⁹ A idéia de pensar uma geração de fundadores do Império e outra de consolidadores, unidas pela experiência em torno das lutas políticas da independência e das regências, tal como o par consolidação/conservação, devo a Ilmar Mattos, op.cit. p. 125 e 126.

¹⁰ O trabalho sobre “possibilidades históricas” só foi possível após a discussão de DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

¹¹ O conceito de “configuração social” pensado em termos geográficos e profissionais tem orientado o trabalho de um grupo de pesquisadores europeus que procuram fundamentar o conceito através de pesquisas empíricas sobre a trajetória de indivíduos em diferentes cidades européias. Pode-se ter uma boa idéia do trabalho de cada um desses pesquisadores através do livro organizado por Maurizio Gribaudi. GRIBAUDI, Maurizio. *Espaces, temporalités, stratifications: exercices sur les réseaux sociaux*. Paris, École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1998.